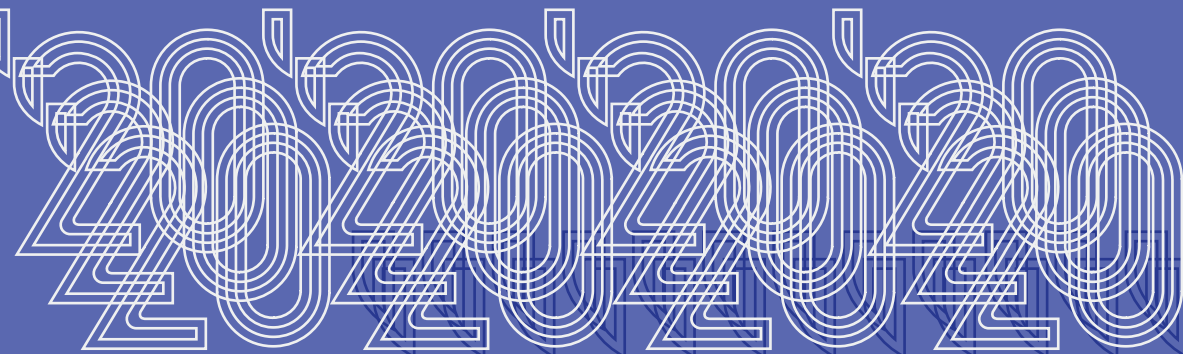




livro de atas proceedings

V Encontro Internacional
de **Formação** na **Docência**

5th International Conference
on **Teacher Education**

incte'20
international
conference on
teacher education

<http://incte.ipb.pt/>



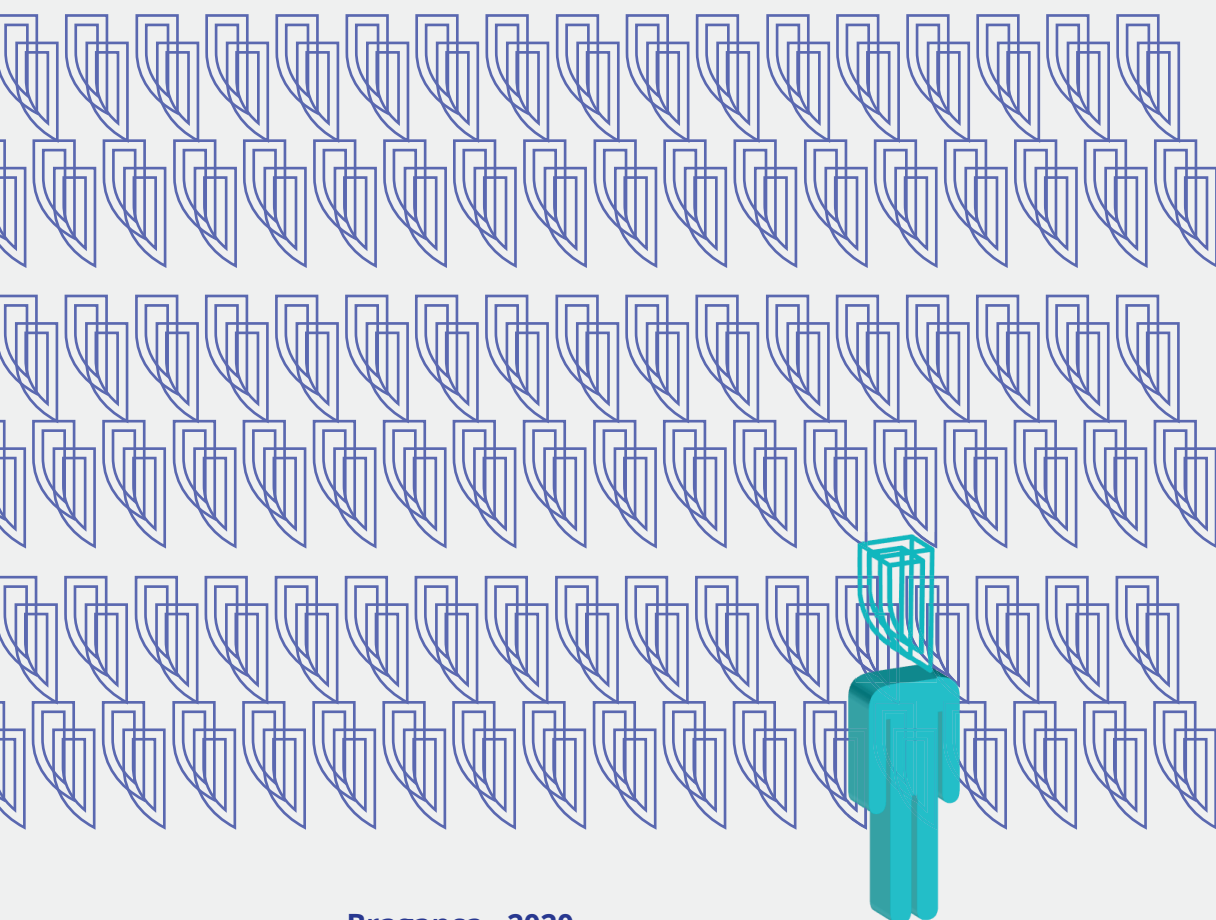
The background is a solid teal color. Scattered throughout are stylized human figures in teal and purple. Some figures are carrying large, 3D rectangular blocks on their heads. In the center-right, there are two horizontal rows of overlapping, stylized leaf or document shapes, one in purple and one in teal. The text is positioned in the lower right quadrant.

A INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO CRUZAMENTO DE FRONTEIRAS

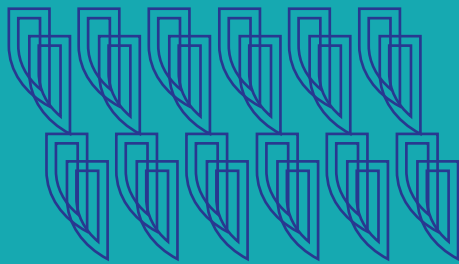
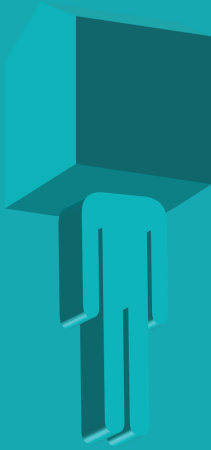
CROSSROADS IN EDUCATIONAL RESEARCH

<http://incte.ipb.pt/>

incte'20
international
conference on
teacher education



Bragança . 2020



Título | Title

V Encontro Internacional de Formação
na Docência | Livro de Atas

5th International Conference
on Teacher Education | Proceedings

Editores | Editors

Rui Pedro Lopes, Cristina Mesquita, Elisabete Mendes Silva, Manuel Vara Pires | Instituto Politécnico de Bragança

Edição de Comunicação e Design | Communication and Design Edition

Jacinta Costa & Carlos Casimiro da Costa | Instituto Politécnico de Bragança

Publicação | Publisher

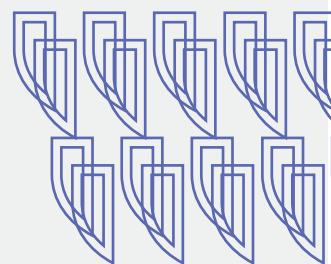
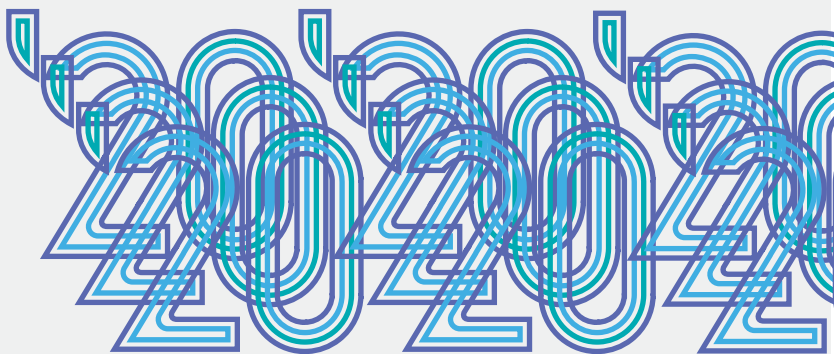
IPB | Instituto Politécnico de Bragança

Morada | Address

Escola Superior de Educação de Bragança
Campus de Santa Apolónia
5300-253 Bragança . Portugal
<http://incte.ipb.pt/>
incte@ipb.pt

ISBN + Handle

978-972-745-276-7 | <http://hdl.handle.net/10198/20081>



Mestrado em pedagogia e didática: um desafio para a formação de professores	324
<i>Edgar Manuel Ribeiro Lamas, Magali Freira Veríssimo, Estela Pinto Ribeiro Lamas</i>	
Metodologia DigiCraft: aprender jugando es construir un futuro mejor	336
<i>Sonia Casillas-Martín, Marcos Cabezas-González</i>	
O papel das atividades experimentais no processo de ensino-aprendizagem das ciências	341
<i>Cátia Henrique, Tânia Pedro, Pedro Ribeiro Mucharreira, Helena Raposo, Paula Farinho</i>	
O uso de jogos nas aulas: percepções de alunos e professores	351
<i>Ana Rita Ferreira, Manuel Vara Pires</i>	
Percepção de professores de um curso odontologia do seu papel no processo de ensino-aprendizagem	363
<i>Vinicius Lopes Marinho, Camila Lemos Cunha, Jordana Ribeiro da Silva, Nélia Amado</i>	
Professores e a orquestração de atividades matemáticas com a plataforma Khan Academy	372
<i>António Domingos, Ana Santiago, Ana Isabel Matos, Conceição Costa, Joana Castro, Paula Teixeira</i>	
Qualidade do ensino na licenciatura em educação básica: perspetivas dos/as estudantes	383
<i>Graça Santos, Maria Raquel Patrício, Elza Mesquita</i>	
Realização de tarefas matemáticas com recurso ao cálculo algébrico simbólico	395
<i>Helder Martins, António Domingos</i>	
Recursos ativos na aprendizagem da matemática: o caso dos materiais manipuláveis	405
<i>Pedro Tadeu, Maria do Céu Ribeiro, Inmaculada Garcia-Martinez</i>	
Resolução de uma tarefa de proporcionalidade por futuros professores dos primeiros anos escolares	418
<i>José António Fernandes, Paula Maria Barros, Gabriela Gonçalves</i>	
Práticas Educativas e Supervisão Pedagógica	431
A formação inicial de professores como oportunidade de desenvolvimento profissional docente	433
<i>Isabel Cláudia Nogueira, Teresa Fernández, Fernanda Costa Pinheiro</i>	
A função de delegado de disciplina: estudo em São Tomé e Príncipe	441
<i>António Coelho, Branca Miranda</i>	
A igualdade de género na visão dos agentes educativos	453
<i>Cristiana Ribeiro, Ana Claudia Loureiro, Cristina Mesquita</i>	
A leitura e escrita: quando o educador de infância faz a diferença	465
<i>Rosa Maria Ramos Novo, Ana Raquel Russo Prada</i>	
Abordagem das questões ambientais no processo de ensino-aprendizagem: percepção dos professores	475
<i>Júlia Fernandes, Maria José Rodrigues</i>	
Avaliando aprendizagens no jardim de infância: uma experiência de construção do portefólio	483
<i>Beatriz Gomes, Miguel Oliveira</i>	
Brincar e aprender nos espaços verdes urbanos	492
<i>Lidia Machado dos Santos, Bruno Martins</i>	

Qualidade do ensino na licenciatura em educação básica: perspectivas dos/as estudantes

Graça Santos^{1,2}, Maria Raquel Patrício^{1,3}, Elza Mesquita^{1,3}
gmsantos@ipb.pt, raquel@ipb.pt, elza@ipb.pt

¹ *Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

² *Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, Universidade do Algarve, Portugal*

³ *Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal*

Resumo

A Licenciatura em Educação Básica (LEB) constitui uma etapa essencial no processo de formação inicial dos/as professores/as e dos/as educadores/as, complementada pelo prosseguimento de estudos para os mestrados profissionalizantes para o ensino. A avaliação dos cursos para acreditação, pelo Conselho de Administração da Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior (A3ES) tem sido uma exigência assumida pelas instituições do ensino superior (IES), envolvendo a participação ativa dos/as docentes e dos/as estudantes em processos de autoavaliação enquanto potenciais geradores da melhoria da qualidade do ensino. Conscientes da necessidade de avaliação permanente do curso, com esta comunicação as docentes da Comissão de Curso da LEB, da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança (ESE-IPB) ainda em funções no ano letivo de 2018/2019, pretendem divulgar a análise comparativa dos resultados do estudo que têm realizado nos últimos anos letivos, relativamente à perceção dos/as estudantes do 3.º ano do curso da LEB, quanto ao ano que frequentam e que inclui também os dois anos anteriores. A metodologia utilizada é predominantemente qualitativa e procedemos à análise descritiva e comparativa de dados. O estudo pretende conhecer a perceção dos/as estudantes num período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2018/2019. Num primeiro momento do estudo, já publicado, centramo-nos na análise dos dados recolhidos no ano letivo de 2016/2017. Num segundo momento, nos anos letivos de 2017/2018 e de 2018/2019, voltamos a recorrer à aplicação do mesmo inquérito por questionário, enquanto instrumento de recolha de dados, elaborado para o efeito, e com a intencionalidade de comparar os resultados obtidos. Com base nos dados já recolhidos podemos adiantar que os/as estudantes continuam a manifestar uma opinião positiva quanto à organização do curso e manifestam uma opinião positiva dos professores/as, com particular destaque para os principais resultados de aprendizagem percebidos e alcançados ao longo do curso. Comparativamente, os/as estudantes manifestam uma atitude crítica, com propostas/sugestões que suscitam a reflexão sobre a articulação e a melhoria das práticas docentes.

Palavras-Chave: avaliação, licenciatura em educação básica, formação inicial de professores e educadores, qualidade do ensino.

Abstract

The Basic Education Degree (LEB) is an essential step in the initial training process for teachers and educators, complemented by the continuation of studies for professional master's degrees for teaching. The evaluation of courses for accreditation by the Board of Directors of the Higher Education Evaluation and Accreditation Agency (A3ES), has been a requirement assumed by higher education institutions (HEIs), involving the active participation of teachers and / students in self-assessment processes as potential generators for improving the quality of teaching. Aware of the need for permanent evaluation of the course, with this communication the teachers of the LEB Course Committee, of the Higher School of Education, of the Polytechnic Institute of Bragança (ESE-IPB) still working in the 2018/2019 academic year, intend to disclose the comparative analysis of the results of the study that they have carried out in the last academic years, in relation to the perception of the students of the 3rd year of the LEB course, regarding the year they attend and which also includes the previous two years. The methodology used is predominantly qualitative and we carry out descriptive and comparative data analysis. The study intends to know the students' perception in a period between the academic years 2016/2017 and 2018/2019. In a first moment of the study, already published, we focus on the analysis of data collected in the academic year 2016/2017. In a second moment, in the academic years 2017/2018 and 2018/2019, we again resort to the application of the same survey by questionnaire, as a data collection instrument, designed for this purpose, and with the intention of comparing the results obtained. Based on the data already collected, we can say that students continue to express a positive opinion about the organization of the course and express a positive opinion of teachers, with particular emphasis on the main learning results perceived and achieved throughout the course. Comparatively, students demonstrate a critical attitude, with proposals/suggestions that give rise to reflection on the articulation and improvement of teaching practices.

Keywords: evaluation, degree in basic education, initial training of teachers and educators, quality of teaching.

1 Introdução

Conscientes da necessidade de avaliação permanente do curso, com este estudo longitudinal, as docentes da Comissão de Curso da Licenciatura em Educação Básica (LEB), da Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança (ESE-IPB) ainda em funções no ano letivo de 2018/2019, pretendem dar um contributo para garantir uma avaliação interna do referido curso, uma vez que consideram que deve ser um processo fundamentado e orientado para a melhoria da qualidade. Descarta-se, por tal, a hipótese de se constituir num estudo que se obsequie com o controlo e com qualquer tipo de verificação de orientações externas. Valorizamos a participação dos estudantes, uma vez que “passou a estar formalmente contemplada na definição política e na implementação ‘prática’ do processo avaliativo, expressa, fundamentalmente, no fornecimento de informação sobre a qualidade das instituições do ensino superior (IES) e, sobretudo, dos cursos (processo de ensino/aprendizagem)” (Cardoso, 2009, p. 3).

Ao darmos a conhecer as perspetivas dos/as estudantes da LEB nos anos letivos de 2016/2017 a 2018/2019, acerca de diversas dimensões de qualidade do curso, alicerçamos o estudo aqui apresentado no contexto de avaliação dos cursos para acreditação, pelo Conselho de Administração (CA) da Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior (A3ES), em particular no caso da LEB, da ESE-IPB. O

artigo apresenta a análise comparativa dos resultados do estudo. Ao longo do documento clarifica-se a metodologia utilizada, procede-se à apresentação e à discussão de resultados e, nas considerações finais, referem-se as principais sínteses do trabalho realizado, bem como as suas implicações.

2 A avaliação dos cursos para acreditação pelo Conselho de Administração da Agência de Avaliação e o caso específico da avaliação da LEB na ESE-IPB

No âmbito dos processos de avaliação da qualidade no Ensino Superior (ES) em Portugal, importa enquadrar o estudo realizado sobre a avaliação da LEB na ESE-IPB no contexto da avaliação dos cursos para acreditação, pelo CA da A3ES. No que respeita às melhorias na avaliação institucional e de acordo com o relatório final de um estudo internacional (realizado para avaliar o progresso nos sistemas de garantia de qualidade na área do ensino superior nos Estados-Membros e nas atividades de cooperação a nível europeu),

in Portugal, the QA agency, A3ES, is currently completing the first 5-year-round of programme accreditation and has started in 2017 to complete this process with an exercise in institutional evaluation. The institutional accreditation is expected to be more flexible, considering the results of all previous programme accreditations, and will re-evaluate only those sections and programmes of the institutions that showed weaknesses in previous accreditations (European Commission, 2018, p. 42).

Na valorização do contributo de sistemas de avaliação externa para melhorar os procedimentos internos de garantia da qualidade, outros países (como a Bulgária, por exemplo) reconhecem que “in the future, they would like to build a slightly different system based on a dialogue between universities and the NEAA [Bulgarian QA agency] with Portugal serving as an example of good practice” (European Commission, 2018, p. 46). Tal como é consignado na Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto (aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior), no art.º 3.º, ponto 3 “a avaliação tem por referencial as boas práticas internacionais na matéria e segue a convergência de normas de avaliação a nível europeu”.

Com a realização deste estudo longitudinal perfilhamos que as instituições de ensino superior têm a responsabilidade pela qualidade e a sua garantia, respeitando em particular, o art.º 17.º da Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro – garantia interna da qualidade –, e dando cumprimento à alínea “b) Assegurar a participação dos estudantes nos órgãos de governo da instituição, bem como da associação de estudantes e de outros interessados no processo”. Tal como é referido no relatório da European Commission (2018), “student involvement in internal QA by country – ‘To what extent are students involved in the programme design, evaluation and curriculum development in your institution?’ Proportion of respondents indicating that students have a very significant or rather significant influence” (p. 36). Portugal apresenta um valor percentual de 87%, o que representa um valor muito significativo quanto à participação dos/as estudantes, o que deve ser valorizado em processos de reflexão e de decisão sobre a melhoria do funcionamento dos ciclos de estudos no ensino superior. Conforme refere Amaral (2011),

é missão da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e acreditação das

instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos e da participação na realização de outras avaliações de natureza científica e bem assim assegurar a inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior (p. ix).

Considerando o regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos é realizada periodicamente, sendo fixada em seis anos. O processo de avaliação/acreditação dos ciclos de estudo (CE) em funcionamento (designado de Processo ACEF) tem como suporte primordial o relatório de autoavaliação que deve ser elaborado pela instituição avaliada e focar-se nos processos que se ajuízam como críticos para garantir a qualidade do ensino, bem como nas metodologias que monitorizem/melhem essa qualidade, compreendendo a forma como as IES supervisionam e avaliam a qualidade dos programas de ensino que ministram e da investigação em que se encontram envolvidas.

A Comissão de Avaliação Externa (CAE) é o organismo responsável pela avaliação e é composto por especialistas eleitos pela A3ES considerando o seu currículo e experiência. Esta comissão é ainda auxiliada por um funcionário da A3ES que tem o papel de assumir a gestão de todo o processo e de acompanhar a CAE nas visitas que faz às IES. A CAE tem a responsabilidade de analisar o relatório de autoavaliação elaborado pela IES, visitar a instituição para certificar as informações constantes no relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição em avaliação. Antes do término da visita, os elementos que integram a CAE reúnem para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e estruturar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente aos representantes da IES. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e, segundo o que se expressa no *Guião para elaboração do relatório de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento*, “deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação” (A3ES, 2018).

A CAE recorrendo a um formulário electrónico, elaborado para o efeito, tem a responsabilidade de preparar, sob supervisão do/a Presidente, uma versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa sobre o CE. A A3ES remete, posteriormente, para apreciação, e eventual pronúncia da IES, o relatório preliminar, no prazo fixado. Se houver lugar a pronúncia da parte da IES, a CAE, atendendo à alegada pronúncia, tem o papel acrescido de rever o relatório preliminar e, se assim o entender, aprovar a versão final e submetê-la novamente na plataforma da A3ES. Contudo, a última apreciação do relatório, e consequente deliberação final, em termos de acreditação do CE, não compete à CAE, mas sim ao CA. Na enunciação da decisão, o CA tem em conta a apreciação do relatório final feito pela CAE e, “havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer”. O CA pode, contudo, decidir de uma forma não isócrona com a recomendação da CAE, isto “com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais”. Neste sentido, o CA “poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE” (A3ES, 2018).

No caso específico da avaliação da LEB na ESE-IPB consideramos que importa apresentar alguns aspetos concretos relativos aos procedimentos, de modo a descrevermos o processo com rigor.

O Guião ACEF para o ciclo regular de avaliação/acreditação 2018-2023 comporta duas partes. A primeira contempla a *Evolução do ciclo de estudos desde a avaliação anterior* e integra os seguintes tópicos: i) Decisão de acreditação na avaliação anterior; ii) Síntese de medidas de melhoria do ciclo de estudos desde a avaliação anterior, designadamente na sequência de condições fixadas pelo CA e de recomendações da CAE; iii) Alterações relativas à estrutura curricular e/ou ao plano de estudos (alterações não incluídas no ponto 2); iv) Alterações relativas a instalações, parcerias e estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem (alterações não incluídas no ponto 2).

A parte II, designada por *Autoavaliação do ciclo de estudos*, integra onze (11) tópicos, a saber: i) Caracterização geral do ciclo de estudos; ii) Corpo docente; iii) Pessoal não-docente; iv) Estudantes; v) Resultados académicos; vi) Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas; vii) Nível de internacionalização; viii) Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade; ix) Melhoria do ciclo de estudos – Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria; x) Proposta de reestruturação curricular (se aplicável); xi) Observações finais.

De realçar que os tópicos, quer da parte I, quer da II, comportam ainda muitos mais subtópicos que se constituem em campos de preenchimento alfanumérico (com limite de caracteres), sendo, em alguns casos, de carácter facultativo. Outros campos encontram-se pré-preenchidos e ainda existem outros que permitem, às IES, anexar um ficheiro PDF. Dos tópicos apresentados vamos deter-nos nos resultados do Processo ACEF/1819/0224582, anotados pela CAE relativamente a alguns pontos.

A coordenação do CE é assegurada por uma Comissão do Curso com perfil adequado às funções, em particular a coordenadora, com doutoramento, tempo integral e perfil académico (Educação) e profissional adequados. Sobre o Corpo docente (N= 43) (dados atualizados na resposta de 04/07/19), próprio (36,7 ETI), e maioritariamente qualificado (28 docentes com PhD). Na atualização do corpo docente saíram 2 docentes (não doutorados) e entraram 3 (doutorados). Um dos pontos fortes assinalado é que a percentagem de docentes em tempo integral com grau de doutor aumentou consideravelmente relativamente à avaliação de 2013. Contudo, a CAE recomendou que é preciso incentivar e apoiar a qualificação científica de alguns professores na sua área de docência no CE, em particular no domínio das Áreas das Expressões e promover ações de formação neste âmbito, bem como garantir que todas as UC no âmbito das didáticas específicas sejam lecionadas por docentes com formação específica nesse domínio.

A apreciação global do nível de internacionalização dá-nos conta que a internacionalização do curso é aceitável embora com algumas assimetrias. Existe um razoável número (59,2%) de estudantes Erasmus (*incoming*), embora a participação dos alunos na mobilidade *outgoing* seja reduzida (5,3%) como reconhecido na análise SWOT do CE. Mas, ainda assim, melhorou em relação à avaliação anterior. A participação dos docentes na mobilidade internacional (46,1% - *outgoing*) e docentes estrangeiros, incluindo docentes em mobilidade (57,6% - *incoming*) também melhorou em relação à avaliação anterior. Segundo o que expressa o relatório da CAE importa aproveitar as possibilidades que as parcerias e envolvimento em redes internacionais podem proporcionar, tendo em vista incrementar a mobilidade docente.

Relativamente à evolução do CE, a CAE considera que foram tomadas medidas pertinentes para integrar as recomendações tecidas na avaliação anterior (2013) do CE.

As condições a melhorar no imediato, nomeadamente operacionalizar objetivos de aprendizagem, melhorar a articulação entre as UC e valorizar a formação para a investigação em educação, nas diferentes UC, foram todas resolvidas.

A ESE-IPB iniciou um processo de avaliação da garantia da qualidade, embora ainda em fase de implementação. A dimensão até agora mais desenvolvida prende-se com os processos de ensino e aprendizagem, nomeadamente a partir de dados dos inquéritos pedagógicos. A CAE reforça no seu relatório que o sistema interno de garantia da qualidade não está certificado pela A3ES e embora assinalem que existem avanços na desmaterialização da informação, considera que subsistem problemas na articulação entre os diferentes serviços (dados recolhidos aquando da visita da CAE à IES). Admitem comprovadamente a existência de mecanismos que garantem a qualidade e enumeram-nos: há um Manual de Garantia da Qualidade; o RAA apresenta um Relatório de Autoavaliação da Licenciatura em Educação Básica elaborado pela Comissão de Curso; mecanismos de garantia da qualidade: 1) Regulamento de Frequência e Avaliação; 2) as FUC; 3) os IP; 4) as Plataformas *online*; 5) O Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente; 6) Sistema de Garantia da Qualidade certificado desde 17/02/2011, de acordo com a norma ISO 9001; 7) Inquérito da Comissão de Curso aos estudantes; o Pessoal Docente e o Pessoal Não Docente asseguram o cumprimento do SIGQ e a recolha de informação pertinente para efeitos de monitorização e medição; avaliação trianual do desempenho dos docentes em tempo integral: A avaliação é realizada em ciclos de 3 anos: atividades agrupadas em 3 dimensões – Técnico-científica, Pedagógica e Organizacional; avaliação anual simplificada (apenas 10 itens) do desempenho dos docentes em tempo parcial; Desempenho do Pessoal Não-docente (PND) avaliado anualmente em conformidade com o previsto no sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP). No início de cada biénio, são fixados os objetivos para cada funcionário; em função das necessidades identificadas na avaliação do PND, organiza-se a formação ao longo do ano tendo em vista melhorar as suas qualificações (ACEF/1819/0224582 — Relatório preliminar da CAE, A3ES, 2019).

Sobre esta matéria a CAE recomenda algumas melhorias, nomeadamente a implementação de um adequado sistema interno de garantia de qualidade em linha com referenciais recomendados, que os processos de avaliação da qualidade do CE devem ultrapassar a dimensão do ensino e da aprendizagem e que se devem explorar outras vias externas de avaliação da qualidade do CE. Seguem-se ainda alguns aspetos sobre a apreciação global do ciclo de estudos:

- (i) o CE contribui de modo significativo para a formação de licenciados em Educação Básica;
- (ii) está bem organizado e de acordo com a legislação aplicável;
- (iii) a coordenação é adequada e a instituição tem estruturas e serviços de apoio adequados;
- (iv) a ESE-IPB foi capaz de introduzir melhorias desde a última avaliação pela A3ES, incluindo a organização curricular, qualificação do corpo docente, incremento da produção científica, internacionalização e sistema interno de garantia da qualidade;
- (v) são visíveis esforços na melhoria da investigação e de estruturas de apoio ao ensino e aprendizagem;

- (vi) foi criado o Centro de Investigação em Educação Básica (CIEB), recentemente reconhecido pela FCT;
- (vii) o CE contribui para o desenvolvimento regional e local e promove ações de interação com a comunidade;
- (viii) apesar das melhorias referidas neste relatório, são necessárias melhorias a nível do corpo docente, sobretudo na investigação e produção científicas, nível científico de ensino superior de algumas UC, captação de estudantes, mobilidade discente e sistema interno de garantia de qualidade;
- (ix) a instituição deve agora aprofundar o trabalho feito e explorar este relatório da CAE como um instrumento de aprendizagem promovendo a sua discussão adequada, a fim de levar a cabo as diversas recomendações feitas, incluindo a consolidação do sistema interno de garantia da qualidade, bem como as melhorias a que ela própria se comprometeu (ACEF/1819/0224582 — Relatório preliminar da CAE, A3ES, 2019).

A partir do dia 31 de julho de 2019 o CA da A3ES decide acreditar por 6 anos, e sem condições, o CE, em concordância com a fundamentação e a recomendação da CAE (in <https://www.a3es.pt/pt/resultados-acreditacao/educacao-basica-66>).

3 Metodologia

Para este artigo considera-se que a metodologia utilizada é predominantemente qualitativa, por privilegiar a análise descritiva e comparativa de dados. Os dados quantitativos são referidos para dar continuidade à análise do estudo anterior e facilitar o conhecimento da realidade. Tratando-se de um estudo longitudinal pretendeu-se conhecer a perceção dos/as estudantes num período compreendido entre os anos letivos de 2016/2017 e 2018/2019. Num primeiro momento do estudo, já publicado, centramos na análise dos dados recolhidos no ano letivo 2016/2017. Num segundo momento, nos anos letivos 2017/2018 e 2018/2019, voltamos a recorrer à aplicação do mesmo inquérito por questionário, enquanto instrumento de recolha de dados, elaborado para o efeito, e com a intencionalidade de comparar os resultados obtidos.

O inquérito por questionário, composto por seis perguntas fechadas e uma pergunta aberta, focou-se na análise das representações dos/as estudantes no que respeita ao conhecimento do curso, aos meios de divulgação e de acesso ao curso, à participação em mobilidade internacional, à organização do plano de estudos, à estrutura curricular, aos resultados de aprendizagem alcançados e aos equipamentos e serviços disponibilizados pela instituição formadora. A técnica de amostragem utilizada no estudo foi não probabilística accidental ou de conveniência, uma vez que se trata de uma amostra constituída por indivíduos facilmente acessíveis e que respondem a critérios de inclusão precisos (Fortin, 1999), nomeadamente ser estudante do 3.º ano da LEB. Em particular, a recolha de dados, após obtenção do consentimento informado junto dos/as estudantes que participaram no estudo, realizou-se nos anos letivos de 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, pelas docentes da Comissão de Curso. Ainda no cumprimento de cuidados éticos de investigação foram respeitados os critérios de sigilo e confidencialidade. Quanto aos procedimentos, os participantes preencheram o questionário, de forma livre e voluntária, sendo garantido o anonimato. A amostra total do estudo corresponde a 83 estudantes, tendo sido inquiridos 36 estudantes em

2016/2017, 25 estudantes em 2017/2018 e em 2018/2019 responderam ao inquérito por questionário 22 estudantes.

Na análise dos dados procedeu-se à ordenação das categorias e subcategorias, definidas no instrumento de recolha de dados. Neste estudo o termo subcategoria foi usado como equivalente de itens do questionário, de modo a facilitar a apresentação dos resultados, apesar de serem conceitos distintos. As questões de natureza fechada foram analisadas estatisticamente, atendendo ao seu grau de objetividade. As respostas à questão aberta foram tratadas qualitativamente e sujeitas a análise de conteúdo, atendendo ao quadro de categorias e subcategorias previamente construído (Bardin, 2014).

4 Apresentação e discussão de resultados

A discussão sobre a qualidade do ensino na licenciatura em educação básica emerge da apresentação dos resultados, a partir da análise comparativa das perspetivas dos/as estudantes e tendo em conta a apreciação global do CE pela CAE, relativamente a alguns pontos considerados relevantes para este estudo.

O Grupo I do inquérito por questionário era composto por três questões de resposta fechada, correspondentes às categorias “conhecimento do curso de licenciatura em educação básica”, “acesso ao curso” e “mobilidade internacional”. Relativamente ao “conhecimento do curso de licenciatura em educação básica”, os resultados indicam que os/as estudantes tomaram conhecimento do mesmo, na sua maioria, através de contactos pessoais (36% nos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018, e 23% no ano letivo 2018/2019), do *site* do IPB (33% no ano letivo 2016/2017, 44% em 2017/2018 e 23% em 2018/2019) e do *site* da ESE (24% em 2016/2017, 8% em 2017/2018 e 31% em 2018/2019). A sugestão de outros meios/estratégias, que facilitassem esta tomada de contacto e de conhecimento do curso, mostra que a divulgação nas escolas secundárias, em Universidades, Institutos estrangeiros e no *site* da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) seriam opções viáveis no ano letivo 2016/2017. Já no ano letivo 2017/2018 as sugestões incidiram na divulgação nas escolas secundárias e nas redes sociais, nomeadamente no *Facebook*. Contudo, os/as estudantes, no ano letivo 2018/2019, não indicaram meios de melhorar a divulgação do curso.

Na categoria “acesso ao curso” é expresso, por parte dos/as estudantes, o meio de ingresso no curso de LEB, sendo este, no ano letivo 2016/2017, maioritariamente, por concurso especial (71%), através de uma titulação de um curso de especialização tecnológica (88%), via de um curso médio ou superior (8%) e do concurso destinado a indivíduos maiores de 23 anos (4%). O acesso à LEB através de concurso nacional foi a opção de 29% dos/as estudantes. No ano letivo 2017/2018, o acesso ao curso foi, principalmente, por concurso nacional (60%). No entanto, o concurso especial foi opção para 40% dos/as estudantes, por meio de um título de um curso de especialização tecnológica (32%), de um curso médio ou superior (4%) e proveniente do sistema de ensino português, por reingresso, mudança de curso e transferência (4%). Em 2018/2019, o acesso à LEB realizou-se, na sua maioria, através do concurso nacional (82%). O concurso especial foi a via de acesso para 18% dos/as estudantes, principalmente, para os titulares de um curso de especialização tecnológica (14%), mas também para os/as estudantes procedentes do sistema de ensino português, por reingresso, mudança de curso e transferência (4%).

Relativamente aos dados da categoria “mobilidade internacional” foi possível identificar que a maioria dos/as estudantes não participam nos programas de Mobilidade Erasmus (Estudos e Estágio) e Mobilidade Internacional que o IPB oferece (92% no ano letivo 2016/2017, e 100% nos anos letivos 2017/2018 e 2018/2019). Somente em 2016/2017, alguns/mas estudantes (8%) participaram em programas de mobilidade internacional.

O Grupo II do inquérito por questionário integrou quatro questões, três questões de resposta fechada e uma questão de resposta aberta, destinada a recolher propostas para a melhoria do curso. As questões de resposta fechada apresentaram-se sob a forma de afirmações relativamente ao modo como decorreu o curso, quer no que diz respeito ao 3.º ano, quer nos dois anos precedentes. Para cada uma das questões, foi pedido aos/às estudantes que assinalassem em que medida concordavam ou discordavam, utilizando para esse efeito uma escala de 1 a 6 em que 1 era *nada* e 6 correspondia a *totalmente*. Para cada categoria definida (“organização do curso e professores/as”; “os principais resultados de aprendizagem que os/as estudantes pensam ter alcançado ao longo do curso”; e a qualidade dos “equipamentos e serviços” disponibilizados aos/às estudantes) houve, ainda, necessidade de as subdividir em várias subcategorias, que descreveremos ao longo do texto.

A categoria “organização do curso e professores/as” subdividiu-se em oito subcategorias, a saber: i) *os objetivos do curso foram atingidos*, ii) *a qualidade científica dos/as professores/as foi elevada*, iii) *a abordagem dos conteúdos programáticos foi clara*, iv) *no geral, a comunicação e o debate nas UC foram estimulantes*, v) *o plano de estudos encontra-se bem organizado*, vi) *as diferentes UC estão bem articuladas entre si*, vii) *o curso corresponde às minhas expectativas*, e viii) *o curso permitiu-me contactar com contextos profissionais*. Os dados dos anos letivos 2016/2017 a 2018/2019 evidenciam as potencialidades do modelo organizacional do curso e a práxis dos/as docentes do curso, pela oportunidade ofertada, aos/às estudantes, de contactarem com contextos profissionais e da sua elevada qualidade científica. Outras potencialidades assinaladas foram o alcance dos objetivos pelos/as estudantes, a clareza com que os/as docentes abordaram os conteúdos programáticos, a articulação entre as diferentes UC, assim como a comunicação e o debate nas UC foram consideradas como estimulantes para os/as estudantes. Contudo, algumas fragilidades foram identificadas, dado o número mais disperso de respostas dos/as estudantes na escala utilizada, como as expectativas dos/as estudantes acerca do curso, já que não foram totalmente correspondidas, bem como a organização do plano de estudos. Estas duas subcategorias não reuniram consenso entre todos/as os/as estudantes. Considera-se, portanto, que o plano de estudos segue uma organização satisfatória, sendo o resultado global dos dados positivo.

Na categoria “principais resultados de aprendizagem que pensa [o/a aluno/a] ter alcançado ao longo do curso” foram definidas onze subcategorias, a saber: i) *desenvolvi e aprofundei conhecimentos na área de formação do curso*, ii) *apliquei os conhecimentos adquiridos*, iii) *revelei uma abordagem profissional nas aulas*, iv) *consegui resolver problemas*, v) *construí saberes profissionais*, vi) *aprendi a investigar em educação em diferentes UC*, vii) *soube fundamentar o meu trabalho teórico e prático*, viii) *analisei a informação considerando os aspetos sociais, científicos e éticos*, ix) *recolhi, selecionei e interpretei informação relevante*, x) *comuniquei informações, ideias, problemas e soluções*, e xi) *desenvolvi competências que me permitiram ser uma pessoa autónoma*. Os dados, referentes aos anos letivos em estudo, revelam que a

formação científica, cultural, social e ética, bem como a prática profissional foram muito favoráveis à construção das aprendizagens por parte dos/as estudantes. Por conseguinte, os/as estudantes consideram que atingiram os resultados de aprendizagem ao longo do curso, nomeadamente o desenvolvimento de competências que lhes permite ser pessoas autónomas, o saber construído ao nível da fundamentação do seu trabalho teórico e prático, o desenvolvimento e aprofundamento de conhecimentos na área de formação do curso, a construção de saberes profissionais, a construção de um saber investigativo nas diferentes unidades curriculares, a recolha, seleção e interpretação de informação relevante e a análise da informação considerando aspetos sociais, científicos e éticos.

Relativamente à categoria “equipamentos e serviços” subdividiu-se em cinco subcategorias, designadamente: i) *o curso decorreu em instalações adequadas*, ii) *os equipamentos funcionaram de acordo com as minhas necessidades*, iii) *o processo de inscrição processou-se convenientemente*, iv) *as informações disponibilizadas sobre o curso foram claras e suficientes*, e v) *a receção/acolhimento aos/às alunos/as foi adequada*. Nesta categoria os/as estudantes manifestam muita satisfação com os equipamentos e serviços, salientando a receção/acolhimento dos mesmos aquando do ingresso no curso, tendo o processo de inscrição se processado de forma conveniente. Além disso, as informações disponibilizadas sobre o curso foram claras e suficientes. O curso decorreu em instalações adequadas e os equipamentos utilizados funcionaram de acordo com as necessidades da maioria dos/as estudantes. Apesar de alguns/algumas estudantes se mostrarem discordantes em relação a estas duas subcategorias. Ainda assim, os/as estudantes revelaram uma opinião satisfatória que situa estas duas subcategorias num nível positivo.

Na categoria “observações e sugestões”, os/as estudantes evidenciaram a importância da UC de Iniciação à Prática Profissional, principalmente à necessidade de mais horas de prática em contexto e de apoio financeiro ou material. Relativamente à organização do plano de estudos salientaram algumas necessidades, que passamos a apresentar de acordo com o ano letivo de recolha de dados. Assim, no ano letivo 2016/2017 as sugestões incidiram, principalmente, sobre: i) *as didáticas não deveriam ser todas juntas, uma vez que é desmotivante* (E9), ii) *ter unidades curriculares que nos fossem úteis quando vamos para o estágio, para termos melhor desempenho* (E15), e iii) *as aulas da língua materna deveriam ser mais* (E9). Quanto ao ano letivo 2017/2018, percebemos que os/as estudantes gostariam de i) *aulas mais práticas e menos teóricas* (E3), ii) *mais formação em necessidades educativas especiais* (E5), iii) *UC de primeiros socorros* (E10), e iv) *UC de língua gestual* (E16). Em 2018/2019, as propostas dos/as estudantes foram: i) *UC mais práticas* (E1), ii) *mais aulas práticas em algumas UC* (E13), iii) *ser um curso mais prático, pelo menos no 3.º ano* (E15), e iv) *mudar as UC de modo a que não se repitam de ano para ano; existir mais tempo de estágio; disponibilizar mais recursos/dinheiro para os alunos para o estágio* (E17).

Considerando a qualidade do ensino na LEB e comparando os resultados obtidos, nos anos letivos 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, destaca-se a avaliação global positiva do curso. O sentido desta avaliação é também referido pela CAE, ao considerar o seu contributo para a formação de licenciados em Educação Básica, a boa organização (de acordo com a legislação), a coordenação adequada e o impacto no desenvolvimento regional e local. Em particular destaca-se, para efeitos de avaliação interna, que “a ESE-IPB foi capaz de introduzir melhorias desde a última avaliação pela A3ES, incluindo a

organização curricular, qualificação do corpo docente, incremento da produção científica, internacionalização e sistema interno de garantia da qualidade” (ACEF/1819/0224582 — Relatório preliminar da CAE, A3ES, 2019). Um outro aspeto a realçar relaciona-se com o investimento na melhoria da investigação [por exemplo, a criação do Centro de Investigação em Educação Básica (CIEB)]. De salientar, também, a boa imagem que a instituição formadora tem junto dos contactos pessoais dos/as estudantes, uma vez que a maioria tomou conhecimento do mesmo por essa via, a par da divulgação do site do IPB e da ESE. Além disso, constata-se uma maior diversificação nos meios de divulgação do curso, refletindo-se na satisfação dos/as estudantes quanto à informação disponível sobre o mesmo.

No que respeita ao acesso ao curso verificamos uma mudança no meio de ingresso. Se em 2016/2017 os/as estudantes ingressavam no curso através do concurso especial, já em 2017/2018 e 2018/2019 esse acesso ocorreu, maioritariamente, através do concurso nacional. A este propósito também a avaliação da CAE refere a necessidade de melhorar a captação de estudantes e a mobilidade discente. Foi, ainda, possível identificar que a mobilidade internacional não é opção para os/as estudantes do curso de LEB. Como referido anteriormente, apenas no ano letivo 2016/2017 três estudantes participaram nos programas de Mobilidade Erasmus (Estudos e Estágio) e Mobilidade Internacional que o IPB oferece. Nos anos letivos seguintes nenhum dos/as estudantes inquiridos realizou mobilidade internacional. Estes dados confirmam a avaliação da CAE sobre o nível de internacionalização, considerando que é “aceitável embora com assimetrias” (ACEF/1819/0224582 — Relatório preliminar da CAE, A3ES, 2019).

5 Considerações finais

Em síntese, os/as estudantes continuam a manifestar uma opinião favorável quanto à organização do curso, à qualidade científica do corpo docente e ao nível de equipamentos e serviços disponibilizados pela instituição formadora. O conteúdo dos inquéritos por questionário permitiu perceber, também, que os principais resultados de aprendizagem percecionados foram alcançados ao longo do curso. De sublinhar que os/as estudantes manifestaram uma atitude crítica, com propostas/sugestões de melhoria que têm suscitado reflexão e definição de estratégias institucionais de melhoria e garantia da qualidade do ciclo de estudo. Conforme se constatou, estes dados confirmam o sentido da avaliação global da CAE.

Na senda das orientações internacionais, reconcetualizadas pela ESE-IPB, enquanto instituição de ensino superior, e assumidas internamente pela Comissão de Curso, com este estudo longitudinal damos a conhecer a perceção dos/as estudantes da LEB entre os anos letivos 2016/2017 e 2018/2019. Ao legitimar o empenho numa atitude reflexiva de constante avaliação e melhoria da qualidade do ciclo de estudos, entendemos que, para atingir estes objetivos, importa manter (e se for possível, diversificar) a participação dos/as estudantes, e ainda promover o envolvimento dos/as professores/as do curso, dos órgãos de gestão e das estruturas pedagógicas responsáveis.

Como implicação do estudo destacamos o seu contributo para a melhoria interna da qualidade do curso de LEB. Trata-se de um processo participativo e dinâmico, para que se possa garantir e consolidar a qualidade do ensino, mas também da aprendizagem e da formação de futuros/as professores/as e dos/as educadores/as. Apesar de se referir a uma realidade circunscrita, o estudo tem a particularidade de analisar parâmetros atuais e

críticos, relevantes no Ensino Superior e poderá inspirar outras investigações no mesmo âmbito. A exigência de qualidade na formação destes profissionais constitui um compromisso contínuo, com impacto na educação, no desenvolvimento individual e da sociedade, perante os atuais desafios pedagógicos, éticos, tecnológicos, políticos e sociais.

6 Referências

- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2018). *Guião para elaboração do relatório de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento*. Acedido em https://www.a3es.pt/sites/default/files/Gui%C3%A3o_AACEF%202017-22.pdf.
- Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. (2019). ACEF/1819/0224582 - *Relatório preliminar da CAE*. Acedido em https://www.a3es.pt/sites/default/files/ACEF_1819_0224582_acef_2018_2019_aacef.pdf.
- Amaral, A. M. S. C. (2011). Prefácio. In S. M. Santos, *Análise comparativa dos processos europeus para a avaliação e certificação de sistemas internos de garantia da qualidade* (pp. ix-x). Lisboa: Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
- Bardin, L. (2014). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cardoso, S. C. M. (2009). *Representações estudantis da avaliação das instituições de ensino superior público*. Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro; Aveiro, Portugal.
- European Commission. (2018). *Study to evaluate the progress on quality assurance systems in the area of higher education in the member states and on cooperation activities at European level. Final report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Acedido em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/80cf98f3-1e01-11e9-8d04-01aa75ed71a1/language-en>.
- Fortin, M.-F. (1999). *O processo de investigação. Da conceção à realização*. Loures: Lusociência.
- Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto. In *Diário da República, 1.ª série, N.º 157*. Acedido em <https://dre.pt/home/-/dre/637179/details/maximized>.
- Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro. In *Diário da República, 1.ª série, N.º 169*. Acedido em <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/124417107/details/maximized>.